

PONDERAÇÃO DO PARECER DO ICNF (P-050931/2021) relativo à tabela de ponderação remetida pela CMFA na sequência da reunião de concertação de 19/12/2023 (S-013461/2024)

Por forma a facilitar a análise, inserem-se as posições do ICNF sendo apresentada a atual posição da CMFA, a azul.

III. ANÁLISE

2.a I 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

1.2. Ponderação ICNF:

A proposta foi acolhida sendo necessário a sua verificação final na carta de Valores Naturais a apresentar.

A proposta retificada deve incluir a informação atualizada sobre a ocorrência da espécie *Linaria ricardoi*, cujas shapes anexadas foram enviadas em anexo ao ofício c/ ref.^a S-007434/2024/DR-ALT/DRCNB/DOT, de 13/03/2024

Ponderação CMFA:

1.3. Nada a acrescentar.

2.b 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

2.2. Ponderação do ICNF:

Entende-se ser necessário a verificação das áreas de ocorrência de *Linaria Ricardoi* e das espécies da Lista Vermelha identificadas no concelho na planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica.

2.3. Ponderação CMFA:

2.2. Nada a acrescentar.

3. 2.c 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

3.2. Ponderação do ICNF:

Ver ponderação apresentada para o Art.º 11º.

Ponderação CMFA:

3.3. Nada a acrescentar.

4. 2.d I 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

4.2. Ponderação do ICNF:

A proposta foi acolhida sendo necessário a sua verificação final na Planta de ordenamento – Estrutura Ecológica.

Ponderação CMFA:

4.3. Nada a acrescentar.

5. 3 a.b.c.e) Classificação e qualificação do solo

5.2. Ponderação do ICNF:

Sobre a opção da CMFA, em termos de ordenamento, de remeter para a Estrutura Ecológica Municipal a salvaguarda da espécie *Linaria ricardoi* com estatuto de conservação desfavorável, entende-se que é insuficiente para a salvaguarda e proteção da mesma. Embora o n.º 12 do artigo 11.º relativo ao normativo regulamentar proposto para a EEM refira que as áreas de ocorrência de *L. ricardoi* e de outras espécies ameaçadas estão sujeitas a parecer da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza, considera o ICNF que estas espécies não estarão salvaguardadas quando ocorrer alteração de uso atual do solo, e, considera ainda que em sede de ordenamento e de planeamento territorial deve ser atendido o facto da proposta apresentada relativa aos Espaços Agrícolas, não dar cumprimento a legislação fundamental, que enquadra os procedimentos de elaboração dos planos territoriais, ou seja:

- Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de qualificação e categorias do solo rústico, o qual define os Critérios de Classificação e Reclassificação do Solo - Artigo 18.º "2 - Os regimes de uso do solo aplicáveis a estes espaços devem promover a compatibilização do aproveitamento agrícola e pecuário com as outras funções que o solo, em articulação com o ciclo hidrológico terrestre e o clima, desempenha no suporte aos processos biofísicos vitais para a conservação da natureza e da biodiversidade."

- Não assegura a proteção da espécie *Linaria Ricardoi* (1713*9). Atente-se que a *Linaria ricardoi* é uma espécie protegida pela Legislação Nacional.

Por conseguinte, não se aceita a justificação que refere (...) que o uso dominante das áreas agrícolas integradas na categoria dos Espaços agrícolas é a atividade agrícola, uso que se pretende manter também para as áreas de olival tradicional – as quais também se encontram protegidas por força do regime respetivo, que constitui uma restrição de utilidade pública (...) sendo esta uma restrição, apenas, para autorização do abate de oliveiras e não a alteração do sistema tradicional para o intensivo que poderá, eventualmente, ser instalado e contribuir para a eliminação da espécie *Linaria Ricardoi*, sem qualquer impedimento legal. É, ainda, expresso em argumento, que nestas áreas (...) não foram identificadas espécies protegidas, e que ao mesmo tempo as áreas com presença destas espécies se encontram integradas na EEM, cujo regime garante a sua salvaguarda (...) o que não corresponde ao verificado na visita de campo efetuada por técnicos da DRCNF-ALT em 27/02/2024. Estes olivais tradicionais (solos básicos não calcários), em Ferreira do Alentejo, albergam uma flora riquíssima e única, encabeçada por uma espécie constante dos anexos II e IV da Diretiva Habitats, *Linaria ricardoi*, que tem neste concelho a sua expressão máxima. Assim, atualmente, o mais significativo fator de ameaça que pende sobre a linária-dos-olivais é a intensificação agrícola.

5.3. Ponderação CMFA:

As espécies da flora ameaçadas identificadas pelo ICNF no contexto da revisão do PDM foram adicionadas à EEM do concelho de Ferreira do Alentejo. Considerando que a EEM constitui uma limitação ao regime de uso definido (neste caso o regime estabelecido para a categoria dos Espaços agrícolas), ou seja, o respetivo normativo legal sobrepõe-se ao da categoria de espaço sobre a qual incide, entende-se que se encontra salvaguarda a proteção das espécies da flora ameaçadas, já que de acordo com a redação do artigo 11.º do regulamento do PDM “a alteração do uso do solo nos prédios onde ocorra a espécie *Linaria Ricardo*, ou outras espécies da flora ameaçadas e nos charcos temporários, carece de autorização da autoridade nacional para a conservação da natureza.” Desta forma, atendendo a que o regime da EEM condiciona, entre outras ações, a intensificação agrícola, fazendo depender a mesma da autorização do ICNF, não se alcança a posição do ICNF quando refere que a proposta não assegura a proteção da espécie *Linaria Ricardo*.

6. 3 f. | Classificação e qualificação do solo

6.2. Ponderação do ICNF

No que diz respeito às áreas de ocorrência da *Linaria ricardoi* mantém-se o referido anteriormente, ou seja, entende-se ser necessário a verificação, na planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica, das áreas de ocorrência de *Linaria Ricardo* e das espécies da Lista Vermelha identificadas no concelho.

Quanto à (...) obrigação de prever um regime de uso específico que interdite as práticas agrícolas intensivas (...), a proposta não foi acolhida, sendo a justificação apresentada não aceite e não atualizada face aos elementos entregues no parecer com a ref.º S-007434/2024, no que se refere ao levantamento atualizado e confirmado localmente da espécie protegida *Linaria ricardoi*.

6.3. Ponderação CMFA:

Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM de acordo com a informação remetida pelo ICNF em 2024.

Quanto ao regime de uso específico que interdite as práticas agrícolas, mantém-se a posição referida no ponto anterior (5.2), sendo que se considera que o regime da EEM é bastante para assegurar a proteção das espécies ameaçadas.

7. 3 g. | Classificação e qualificação do solo

7.1. Ponderação do ICNF:

Foi acolhida a proposta sendo objeto de verificação no documento final

7.2. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

8. 3 i.| Classificação e qualificação do solo

8.1. Ponderação do ICNF:

Aceite com reserva a justificação apresentada, atendendo a que “As áreas de povoamentos de pinheiros mansos e eucaliptos existentes no concelho não têm expressão territorial para constituírem uma subcategoria de solo autónoma.”, e ainda, à “(...) redação do artigo 53.º do Regulamento sobre os usos dos Espaços florestais refere que os usos dominantes dos Espaços Agrossilvopastoris e dos Espaços Florestais de Reconversão são a atividade agrícola, a atividade silvopastoril e a atividade florestal, (...)”

8.2. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

9. 5 a.| Proposta de Regulamento

9.2. Ponderação do ICNF:

Sobre o referido que o (...) ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, (...) entende-se que a revisão do PDM de Ferreira do Alentejo é um processo ainda em desenvolvimento, o qual não foi ainda objeto de emissão do parecer final. Sendo assim, alerta-se para a necessidade de alteração da Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica e a Carta dos Valores Naturais face à atualização da informação anteriormente enviada e que consta do parecer do ICNF com a ref.^a S-007434/2024. (...) Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdite as práticas agrícolas intensivas. (...), mantém-se o referido anteriormente, ou seja, não é aceite a justificação apresentada uma vez que não são cumpridos/respeitados os diplomas legais relativos ao ordenamento do território. Para além de que remeter para a Estrutura Ecológica Municipal a salvaguarda da espécie *Linaria ricardoi* com estatuto de conservação desfavorável é insuficiente para a salvaguarda e proteção da mesma, conforme já fundamentado.

9.3. Ponderação CMFA:

A EEM foi atualizada em função da informação remetida pelo ICNF em 2024.

Atendendo a que as espécies ameaçadas (identificadas pelo ICNF) integram a EEM e o respetivo regime legal se sobrepõe ao regime de uso das categorias de espaço, não se compreende a razão para não se considerar que a salvaguarda destas espécies se encontra assegurada.

10. 5 Proposta de Regulamento. - Regime de preservação dos charcos temporários 1.2.3.4.

10.2 Ponderação do ICNF:

Foi acolhida a proposta sendo objeto de verificação no documento fina

10.3. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

11. 13.5 c 1.2.3. Proposta de Regulamento

11.2. Ponderação do ICNF:

Não aceite o exposto no n.º 6 do Art.º 11.º: “6 – Sem prejuízo das competências das demais entidades públicas, a fiscalização do cumprimento do previsto nos dois números anteriores, compete em especial à autoridade nacional para a conservação da natureza.” Ora, nesta matéria, temos que, designadamente:

a) No Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho (que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade), prescreve-se, no seu artigo 40.º, que:

“1 – A verificação do cumprimento do disposto no presente decreto-lei e na legislação em vigor aplicável aos valores naturais classificados pode revestir a forma de:

a) Fiscalização, a desenvolver de forma sistemática pelas autoridades competentes, no cumprimento da obrigação geral de vigilância que lhes está cometida, e de forma pontual em função das queixas e denúncias recebidas; (...)

2 – A fiscalização compete à autoridade nacional, especialmente através do serviço de vigilantes da natureza, à Guarda Nacional Republicana, especialmente através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), às demais autoridades policiais e aos municípios.”.

b) No Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, prescreve-se no seu artigo 21.º, que:

“1 – A fiscalização do cumprimento do disposto no presente diploma e respetiva legislação complementar compete ao ICN, às autarquias locais, às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, ao Instituto da Água, à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, às direcções regionais de agricultura e às autoridades policiais. (...).”.

Logo, não pode o Município de Ferreira do Alentejo, ou a sua Câmara Municipal, através deste seu Regulamento do PDM, imputar exclusivamente ao ICNF, IP uma tal competência de fiscalização que, legalmente, também por eles (Município e Câmara) pode e deve ser exercida; ademais, nenhum regulamento pode derogar, alterar ou afastar normas jurídicas hierarquicamente superiores, como o são as supratranscritas daqueles dois decretos-leis.

11.3. Ponderação CMFA:

[Aceite: retirado o n.º relativo à fiscalização do artigo 11.º.](#)

12. IV. Parecer – 1.9.

12.2. Ponderação do ICNF:

Justificação aceite enquanto o entendimento for o da proposta de Ordenamento incluir a Estrutura Ecológica Municipal. Ressalva-se que a EEM deve ser atualizada face à informação atualizada no que diz respeito às shapes enviadas em anexo ao ofício com a ref.ª S-007434/2024

12.3. Ponderação CMFA:

27/06/2024

A EEM encontra-se na Planta de Ordenamento e foi atualizada de acordo com a informação remetida pelo ICNF em 2024.

13. IV. Parecer- 1.10. Retificar as áreas de montado delimitadas que estão já ocupadas por olivais em regime intensivo.

13.2. Ponderação do ICNF:

Acolhimento do proposto, com posterior avaliação no documento final.

13.3. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

14. IV. Parecer- 2. Proposta de Alteração do Regulamento

14.2. Ponderação ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

14.3. Ponderação CMFA:

Mantida a posição anterior, a qual se encontra devidamente fundamentada no ponto 5.3.

15. 2.1.2. Título V – Solo Rústico Capítulo I - Disposições Gerais, Artigo 39.º

15.2. Ponderação ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

15.3. Ponderação CMFA:

Mantida a posição anterior, a qual se encontra devidamente fundamentada no ponto 5.3.

16. 2.1.3. Artigo 28.º - Usos e atividades interdito

16.2. Ponderação ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

16.3. Ponderação CMFA:

Mantida a posição anterior, a qual se encontra devidamente fundamentada no ponto 5.3.

17. 2.2. Para manter a proteção da espécie *Linaria ricardoi* apenas na EEM, a redação do artigo 11.º

17.1. Ponderação do ICNF:

Foi acolhido, sendo de efetuar a respetiva verificação no documento final.

17.2. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

18. 2.2.2. Entre o artigo 27.º e o artigo 28.º, sugere-se a inclusão de um artigo 27.º-A, sob a epígrafe de “Condições especiais de utilização do solo rústico”, do seguinte teor (...)

18.1. Ponderação do ICNF:

Não foi acolhida a sugestão, sendo da responsabilidade do município a divulgação, junto do cidadão, de informação considerada relevante no âmbito do PDM em causa.

18.2. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

19. 2.2.3. Artigo 28.º - Usos e atividades interditos (...)

19.1. Ponderação do ICNF:

Não foi acolhida a proposta cuja posição do ICNF foi anteriormente descrita e fundamentada.

19.2. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

20. 2.2.4. No artigo 62.º(...)

20.2. Ponderação do ICNF:

Foi acolhida e aceite a justificação.

20.3. Ponderação CMFA:

Nada a acrescentar.

IV. PARECER

Face ao exposto, e sem prejuízo de futuras apreciações técnicas a efetuar em função de novos elementos que venham a ser disponibilizados para parecer, emite-se parecer favorável condicionado à retificação e ao aprofundamento dos elementos expressos no ponto - III. Análise. Ressalva-se que o presente parecer foi emitido tendo como base apenas a apreciação da tabela de ponderação remetida pela CMFA, sendo que não foram apresentados os inerentes elementos a alterar no PDMFA.

É, ainda, de referir o nosso alerta para as eventuais consequências relativamente ao não acolhimento das recomendações sobre a subdivisão dos Espaços Agrícolas em função da ocupação do solo atual (olivais tracionais e outras áreas) e à presença de espécies da flora legalmente protegidas, e à intensificação agrícola.